



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

ATA DA REUNIÃO

Aos 18, 19 e 20 dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, nos salões Tiradentes I e II do Hotel Ouro Minas, reuniu-se o *Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais*, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada de acordo com as propostas das Presidências dos Regionais, adiante especificadas.

Após o credenciamento dos participantes, foi instalada a sessão solene de abertura, convidando-se as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra: Desembargador Walter de Almeida Guilherme, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Desembargador Kildare Carvalho, Secretário do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Desembargador Carreira Machado, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Cláudio Costa; Desembargador Joaquim Herculano, 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e representante dos ex-Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais; e Desembargador Brandão Teixeira, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Após a celebração do Hino Nacional, foram apresentados e saudados os Presidentes dos Tribunais participantes do Encontro e demais autoridades presentes, Diretores-Gerais, assessores e servidores da Justiça Eleitoral e representantes dos patrocinadores.

O Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, cumprimentou os integrantes da mesa e demais presentes, declarando abertos os trabalhos do 54º Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Ressaltou a importância de, a cada Encontro, haver o relato de experiências e dificuldades vivenciados pelos tribunais.

W
MM
H/7



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

O Desembargador Irajá Prestes Mattar, Presidente do TRE-PR, pediu a palavra e solicitou que fosse encaminhado voto de pesar ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro expondo a indignação da magistratura eleitoral frente ao crime cometido contra a Juíza titular da 4ª Vara Criminal São Gonçalo, Patrícia Lourival Acioli, e solicitando providências junto ao Ministério da Justiça para que a independência do Judiciário seja resguardada.

Em seguida, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e anfitrião do evento, Desembargador Kildare Carvalho, saudou Presidentes, autoridades, diretores e servidores, manifestando sua satisfação em sediar o Encontro. Agradeceu a todos que colaboraram com a realização do evento, finalizando sua apresentação com um discurso de abertura.

Ato contínuo, foi apresentado o vídeo *Terra de Minas*.

Dando início aos trabalhos da manhã, a Presidente do TRE-AM, Desembargadora Maria das Graças Pessoa de Figueiredo, discorreu sobre o tema "Adicional de Atividade Penosa". Ressaltou a dificuldade encontrada pela Justiça Eleitoral do Amazonas em lidar com as intempéries próprias do Estado durante o processo eleitoral, uma vez que a grande cheia coincide com a entrega dos títulos, e a grande seca, com a realização do pleito. afirmou que aquele Regional não consegue garantir a manutenção do quadro mínimo do pessoal de que trata a Resolução do TSE nº 21.832/2004. A Secretária de Gestão de Pessoas do TRE-AM, Dra. Cynthia Edwards Monta, registrou, em vídeo apresentado, a necessidade de incentivar a permanência de servidores da Justiça Eleitoral nas áreas de fronteira, de isolamento geográfico, de grande precariedade de saneamento, de ausência de energia elétrica e de sinal de satélite, em suma, nas áreas de difícil acesso, por meio de pagamento do adicional de atividade penosa, de insalubridade e de periculosidade, disposto nos arts. 70 e 71 da Lei nº 8.112/90. Os Presidentes dos Regionais de Rondônia, Pará, Piauí, Acre e Paraíba solidarizaram-se com as dificuldades encontradas pelo TRE-AM e ressaltaram a importância de a Justiça Eleitoral se adequar às imensas diversidades regionais encontradas no país, disciplinando o pagamento dos adicionais na tentativa de incentivar a manutenção do servidor nos cartórios eleitorais das regiões mais



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

difícies. A Diretora-Geral do Piauí, Dra. Silvani Maia Santana, pediu a palavra, sugerindo que, na próxima reunião de Diretores-Gerais no TSE, o pleito ora discutido seja apresentado visando uma uniformização superior, respeitada a individualidade de cada Regional. O Desembargador Walter Guilherme, Presidente do TRE-SP e do Colégio de Presidentes, solicitou que o tema conste da Carta, e fez breve menção à sua apreensão quanto ao aumento considerável de casos de depressão clínica que tem incapacitado alguns juízes do Estado de São Paulo.

Em seguida, foi apresentada pelo Secretário de Tecnologia da Informação do TRE-SC, Renato Ávila Pacheco, "Proposta de alteração normativa para evitar a votação por cédulas após falha irrecuperável na urna eletrônica". Afirmou que, nas Eleições de 2010, na cidade de Joinville, maior colégio eleitoral de Santa Catarina, houve duas seções eleitorais cuja votação foi realizada por cédulas em urnas de lona, fato que repercutiu negativamente na mídia. Lembrou que outros 15 casos ocorreram no país, razão pela qual propôs a alteração do art. 30 da Resolução nº 23.218/2010/TSE, que impede a carga em nova urna no dia do pleito caso tenha ocorrido votação na respectiva seção eleitoral. Ressaltou os problemas gerados pela votação manual em detrimento de uma eventual substituição da urna eletrônica por outra clonada. Destacou que o TSE apreciou o tema, inclusive os mecanismos de controle para garantir uma votação mais rápida e segura nos casos de dano irrecuperável da urna eletrônica, mas que não houve proposta para o próximo pleito, apenas para 2014. Por isto apresentou o tema ao Colégio de Presidentes, para tentar implantar a alteração ainda em 2012. Ato contínuo, o Desembargador Walter Guilherme, Presidente do TRE-SP, expôs posicionamento da STI daquele Regional sobre o tema, citando o seu baixíssimo percentual de urnas eletrônicas com defeito e substituídas por urnas de lona bem como a rapidez e a segurança da votação mesmo com a substituição por urnas clonadas - que se assemelha às por urna de lona-, entre outros tópicos. O palestrante respondeu aos levantamentos do Desembargador Walter Guilherme, demonstrando mecanismos de contingência, tais como a senha para restabelecer a votação eletrônica.

No 3º painel da primeira manhã, o Secretário de Administração do



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

TRE-MA, Amudsen da Silveira Bonifácio, abordou a "Proposta de criação do Fundo Especial de Modernização e Aparelhamento da Justiça Eleitoral". Iniciou a explanação contextualizando a necessidade de se efetuar uma reserva de contingência diante de crises econômicas e os reiterados cortes no orçamento. Lembrou que grande parte dos Tribunais de Justiça já trabalha com fundo especial, composto de receitas que dão suporte a pequenas demandas e atividades operacionais. Apresentou o conceito e as bases legais que fundamentam a criação do fundo especial e a composição básica (detalhamento das despesas e receitas) e as características dessa reserva de contingência, a finalidade, o controle interno que seria exercido e o cenário atualizado da utilização de fundos no país (União, Estados e Poder Judiciário). Propôs encaminhar ao TSE sugestão para que um grupo interdisciplinar de estudo seja formado com o objetivo de responder acerca da viabilidade jurídica, técnica e operacional da instituição de um fundo especial para a Justiça Eleitoral. O Desembargador Irajá Prestes Mattar, Presidente do TRE-PR, parabenizou o expositor, mas afirmou que a criação de um fundo especial iria ferir um dos fulcros da Justiça Eleitoral, que é a gratuidade. Inferiu que houvesse um maior planejamento do orçamento, ideal para a Justiça Eleitoral, a fim de manter seu exemplo de transparência. No mesmo sentido, o Desembargador Raimundo Eufrásio, Presidente do TRE-PI, afirmou que a jurisdição eleitoral não é contenciosa, o que impediria a instituição de custas, e declarou que uma receita técnica seria suficiente para atender os gastos. O Desembargador Walter Guilherme lembrou que o fundo necessitaria de lei, de caráter orçamentário, cabendo ao TSE justificar e convencer a criação perante o Poder Executivo.

Ato contínuo, os trabalhos foram suspensos e os Presidentes e Diretores-gerais convidados para a fotografia oficial do evento.

Retomando os trabalhos, na parte da tarde, foi dada a palavra ao Desembargador Luiz Felipe Difini, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-RS, que deu início à palestra "Origens e desenvolvimento do modelo brasileiro da Justiça Eleitoral". Ressaltou a peculiaridade da Justiça Eleitoral, em razão da ampla gama de atos administrativas, em contraposição à não tão intensa prestação jurisdicional em relação às demais Justiças. Fez um relato da história



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

eleitoral do Rio Grande do Sul, passando pelo voto censitário e pelo sistema de verificação de poderes do Império, pela Guerra dos Farrapos na luta contra o governo imperial, pela Ditadura Republicana do Estado, registrando as reiteradas fraudes eleitorais, instrumento rotineiro de permanência no poder, e os conflitos que delas decorriam em busca da 'verdade eleitoral'. Enfatizou o grande desafio da Justiça Eleitoral para o século XXI, qual seja, exercer seu ativismo judicial no controle do financiamento das campanhas políticas, gênese das atuais irregularidades que ainda comprometem a verdade eleitoral. O Desembargador Walter Guilherme reiterou a necessidade de a Justiça Eleitoral estancar a influência do poder econômico no processo eleitoral.

Seguindo a pauta do dia, a Diretora-Geral do TRE-MS, Dra. Letânia Ferraz, apresentou a Campanha Educativa: TRE na Escola-Cidadã, projeto desenvolvido para divulgar aos jovens de 15 a 18 anos o processo eleitoral e os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, ressaltando a importância do voto ético e consciente, proporcionando-lhes o conhecimento de seus direitos e deveres no exercício da cidadania. O projeto foi dividido em 2 fases: um concurso de redação, sobre 'Política e Educação constroem o cidadão', e palestras nas escolas e universidades. Informou que a campanha conta com o imprescindível apoio da imprensa, do Governo do Estado e da Receita Federal, que doou mercadorias apreendidas em suas operações para a premiação de alunos e escolas. Os Presidentes dos Regionais de RO, RS, PR e SP informaram a existência de projetos semelhantes e ressaltaram que apenas o voto consciente é instrumento para o exercício eficaz da democracia.

Após breve intervalo, foi apresentada a palestra "MUSEU – Ferramenta estratégica para a gestão da Memória da Justiça Eleitoral", por Denise Baiocchi Vianna, da Seção de Acervos Especiais/Secretaria de Gestão da Informação/TSE. Ressaltou que o direito à memória é um direito fundamental e que, no c. Tribunal Superior Eleitoral, a institucionalização do museu refletiu a preocupação em preservar sua história e aproximar o TSE da sociedade, realizando atividades de pesquisa, de educação e exposições, por meio de seu Centro de Memória. Em seguida, foi exibido vídeo sobre as visitas guiadas de alunos ao Espaço da Urna daquele c. Tribunal, passeios interativos pelo histórico do sistema de votação



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

brasileiro, em que os alunos são incentivados a votar na urna de lona e na eletrônica. A projeção dos museus no panorama mundial fomentou o desejo de agir de forma mais abrangente e sistêmica, seguindo as diretrizes nacionais museológicas, tendo em vista, principalmente, a importância do conteúdo a ser trabalhado para a formação política do povo brasileiro. Apresentou o processo de trabalho, o plano museológico baseado no plano nacional de museus e suas metas. Convidou os representantes regionais para um encontro dentro da rede de bibliotecas, a fim de se construir uma face única da Justiça Eleitoral para a sociedade, desenvolvendo ações e organizando cronogramas para uma divulgação de maneira mais sistemática e alinhada. Ao final, foi exibido um vídeo sobre o projeto do Governo de São Paulo "Catavento cultural", um museu interativo e lúdico para lidar com o conhecimento científico.

Foi dada a palavra ao Desembargador Kildare Carvalho, anfitrião do evento, que apresentou a logomarca do TRE-MG para a celebração dos 80 anos da Justiça Eleitoral. Afirmou que a idéia baseou-se na utilização das cores do pavilhão brasileiro e de uma letra de estilo cursivo, manuscrita, bem como na criação de um movimento ininterrupto para a grafia do "80". A proposta desenvolvida tem por objetivo, portanto, lembrar, através da sutileza da utilização da tipografia e de elementos gráficos retirados da bandeira do Brasil, que a Justiça Eleitoral é feita por pessoas.

No último painel do dia, a Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Presidente do TRE-RO, proferiu palestra sobre "A problemática da utilização dos Oficiais de Justiça pela Justiça Eleitoral". Relatou que foi realizado estudo com os demais tribunais sobre o assunto. Apesar de ser um ramo especializado da Justiça, a Eleitoral não possui o cargo de Oficial de Justiça em seu quadro de pessoal. Desde 1974, a figura do Oficial de Justiça era prevista, mas com a Resolução nº 10.700/1979/TSE, a atividade foi reclassificada para a categoria de Auxiliar Judiciário. Lembrou que, por reiteradas, vezes o TSE negou a criação de cargos ou funções que pudessem ser atribuídos aos servidores para atuarem como Oficiais de Justiça, alegando que tais atividades são esporádicas e sazonais. A Desembargadora apresentou o cenário atual de cada Regional, demonstrando a ausência de padronização sobre o assunto na Justiça Eleitoral.



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Ressaltou que, em outubro de 2010, o TRF – 1ª Região condenou o TRE-RJ a pagar a diferença entre a remuneração do servidor Técnico Judiciário, designado como Oficial “ad hoc”, e a de um Oficial de Justiça federal – Analista Judiciário. Propôs que a proposta seja novamente levada ao TSE, no sentido de se transformar, em cada Regional, pelo menos um cargo de Analista Judiciário em Analista Judiciário – área de execução de mandados e de se criar uma tabela nacional unificada de reembolso, própria da Justiça Eleitoral, estabelecendo os tipos de mandados existentes bem como as regras para a indenização dos mandados cumpridos nas diversas áreas dos estados.

Encerrando as atividades do primeiro dia do Encontro, o Desembargador Kildare Carvalho, Presidente do TRE-MG, anunciou o *Lançamento da Segunda Edição do Manual de Redação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais*. Dada a palavra à servidora Cássia França, registrou esta a necessidade de uma comunicação rápida, mas de qualidade e eficaz. Lembrou o empenho da equipe dedicado ao Manual. Destacou o apoio fundamental da Secretaria Judiciária, Dra. Eliana Galuppo, e da Diretora-Geral do TRE-MG, Dra. Elizabeth Rezende. Ressaltou a iniciativa do ex-Presidente do TRE-MG, Desembargador Almeida Melo, de incentivar a elaboração do Manual, assim como a valorização dada ao trabalho pelo atual Presidente, Desembargador Kildare Carvalho e pelo Vice-Presidente e Corregedor, que possibilitaram e acompanharam a preparação da segunda edição. Por fim, manifestou a importância do reconhecimento dado pelo Excelentíssimo Desembargador Kildare ao esforço da equipe ao possibilitar o lançamento junto a convidados tão ilustres e reiterou seus agradecimentos a todos os envolvidos no projeto e aos participantes do evento.

Retomando a pauta, no segundo dia de reunião, a Mestre de Cerimônia apresentou os componentes da Mesa de Honra: Desembargador Walter de Almeida Guilherme, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha, Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Desembargador Kildare Carvalho, Secretário do Colégio de Presidentes e



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Desembargador Brandão Teixeira, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; e Dr. José Jairo Gomes, Procurador Regional da República com atuação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Distrito Federal.

O Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, passou a palavra ao Desembargador Kildare Carvalho, que agradeceu a presença da Excelentíssima Senhora Cármem Lúcia, Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A Ministra manifestou sua gratidão por ter sido convidada para o evento. Iniciou sua conferência sobre “Justiça Eleitoral e Cidadania”, observando que o objetivo primordial do Poder Judiciário é garantir a liberdade. Ressaltou que a Justiça Eleitoral deve assumir o compromisso de garantir o livre exercício do voto pelo cidadão, em cumprimento à Constituição Federal. Registrhou que o sufrágio pelo voto direto é a estrutura básica do processo democrático, da democracia representativa, devendo a Justiça Eleitoral garantir a legitimada escolha de representantes e que a peculiaridade dessa Justiça especializada está exatamente na grande função administrativa que deve exercer para defender a soberania popular, no intuito de manter a credibilidade do cidadão nas instituições eleitorais. Lembrou que a administração das eleições vincula-se à atuação dos cidadãos (eleitores e eleitos) e que a votação atualmente é uma festa cívica, devendo o Juiz Eleitoral trabalhar para evitar transgressões ao direito. Levantou os novos desafios que surgirão no pleito de 2012, como o direito de resposta por meio das redes sociais, a morosidade da Justiça, as novidades tecnológicas necessárias ao aprimoramento da segurança da votação e apuração e o grande número de municípios que ainda requerem a presença de forças federais para que os juízes possam exercer seu papel sem influências. Finalizou a palestra citando outros dois objetivos a serem garantidos pela Justiça Eleitoral: a moralidade e a legitimidade do pleito. E deixou duas reflexões para o Colégio de Presidentes: a necessidade de convidar o povo para construir o processo eleitoral, tornando-o co-responsável, e o papel da Justiça Eleitoral na implementação, no consciente social, de uma cultura político-democrática mais sólida.



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Em seguida, o Dr. José Jairo apresentou a palestra sobre "Biometria: Controle Social e Fraude Eleitoral". Cumprimentou todos e agradeceu o convite para participar de tão importante evento. Distinguiu os cenários de modernidade e pós-modernidade e exemplificou situações paradigmáticas vivenciadas nessa última. Exaltou o papel das novas mídias sociais nesse novo contexto, mas destacou os desafios e as profundas mudanças por elas geradas no Estado e na sociedade. Inserida a biometria nesse panorama, apresentou breve histórico desse ciclo da Justiça Eleitoral finalizado pela identificação biométrica, que permite concretizar princípios da autenticidade, confiança e transparência, essenciais a essa Justiça especializada. Lembrou que o sistema eleitoral brasileiro, do alistamento à apuração, era repleto de toda espécie de fraudes, e sempre ausente de controle sério. Recordou as manifestações fraudulentas antigas e atuais, entre as quais citou algumas que, por meio da hermenêutica, poderão ser reconhecidas pela Justiça Eleitoral no próximo pleito: transferência do domicílio eleitoral pelo candidato que já exerce mandato em outro município; dissolução do vínculo matrimonial para afastar a inelegibilidade por parentesco; prestações de contas rejeitadas pelo Legislativo, mas questionadas no Judiciário; substituição de candidato desde sempre inelegível às vésperas do pleito; transferência fraudulenta de eleitores. Julgou que a biometria trará significativa melhora qualitativa na percepção do cidadão quanto à Justiça Eleitoral.

À tarde, seguiu-se a exposição do tema: "Os desafios na implementação da Biometria em Goiânia/GO", pelo Dr. Leonardo Hernandez, Diretor-Geral do TRE-GO. Apresentou alguns cases relacionados ao tema e reiterou a necessidade de se fazer a biometria de forma planejada, com um calendário previamente estabelecido. Sugeriu que o cadastramento biométrico seja iniciado sempre no janeiro posterior ao ano eleitoral e que o Colégio de Presidentes crie um comitê gestor da biometria para acompanhar o planejamento junto ao TSE, inclusive relativamente ao orçamento. Relatou que a forma de atendimento por concentração de *kits* biométricos em reduzidos locais se apresentou mais eficaz em relação ao da capilaridade, mas, para isso, o assessor de comunicação deve estar articulado com a imprensa para divulgar os postos de



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

biometria. Ressaltou que o agendamento é a melhor forma de evitar a ocorrência de filas. Lembrou a importância de planejar a integração dos portadores de necessidades especiais ao recadastramento. Destacou que a implementação da biometria exigiu terceirização da mão-de-obra, uma vez que não existiam servidores suficientes para um rápido e eficaz atendimento. Ao final, foi exibido o vídeo “Biometria Curitiba”, produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social do TRE-PR.

No painel seguinte, foi apresentado para discussão o tema “Sistema de Segurança por monitoramento analítico dos fóruns eleitorais do interior”, por Gilson Bastos, da Seção de Manutenção dos Cartórios do Interior do TRE-PR. Demonstrou a estrutura tecnológica do projeto, os softwares, os dispositivos de captura de áudio e vídeo, a disposição dos equipamentos na tentativa de evitar invasões, ofensas a magistrados e servidores e atentados de modo geral, bem como de monitorar os acessos principais aos fóruns eleitorais. Reiterou a alta performance e eficiência do projeto, principalmente pelo fato de que os próprios servidores da Justiça Eleitoral exercem a supervisão do sistema de segurança. Listou diversas ferramentas de automação desenvolvidas por aquele Regional no intuito de reduzir os gastos relacionados com deslocamento, comunicação, etc., como a disponibilização de videoconferência, capaz de integrar 20 a 30 cartórios de maneira rápida e eficaz, e o monitoramento por câmeras remotas, que, a quilômetros de distância da sede, permitem o controle da segurança dos cartórios.

Após um breve intervalo, a Diretora-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, Dra. Patrícia Landi, discorreu sobre o “Planejamento das Eleições 2012”. Dentro do tópico “Gestão Estratégica”, expôs o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral, a Carta de Serviços, o Projeto de Integração em Gestão de Projetos na Justiça Eleitoral e a Escola de Gestão. Quanto ao primeiro item, relatou a criação do grupo de trabalho formado por servidores do TSE e dos TRE’s para revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral dentro dos limites traçados no processo de planejamento realizado em 2009, preservando-se a sua análise e perspectivas, mas reduzindo-se o conjunto de objetivos estratégicos. Apresentou os objetivos obrigatórios e opcionais do planejamento.



54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Destacou a existência de uma "Carta de Serviços" - documento elaborado por uma organização pública para informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento e os padrões de atendimento estabelecidos. Afirmou que, quanto ao *Projeto Integração em Gerenciamento de Projetos*, o objetivo principal é definir diretrizes personalizadas para a implantação de práticas de gerenciamento de projetos na Justiça Eleitoral e elaborar proposta de criação de uma certificação de Gerenciamento de Projetos da JE. Ao final do primeiro tópico, demonstrou a Escola de Gestão como instrumento de formação de sucessores, através do desenvolvimento de competências gerenciais por servidores que não ocupem funções de liderança, reforçando a meritocracia e garantindo o crescimento e a sustentabilidade à gestão do Tribunal. Dentro do tópico "Pleitos", abordou o planejamento integrado dos plebiscitos do Pará e o dossiê de iniciação do programa Eleições 2012 (iniciado em março/2011), com a participação de todas as unidades do TSE e Regionais. Informou que o programa foi subsidiado pela avaliação das Eleições 2010, contendo todos os projetos, planos de ação, grupos de trabalhos e cronograma de marcos das Eleições 2012, bem como suas interdependências, e que visa a gestão integrada e coordenada de todas as ações e projetos eleitorais que o compõem. Ao final, elencou questões diversas pendentes entre TSE e TRE's, tais como sobre técnicos de urna e transmissão, quadro de servidores, TCU e requisitados, biometria, igualdade dos benefícios, plano de cargos e salários/subsídios, zonas eleitorais e minutias de resoluções para apreciação dos TRE's.

A Mestre de Cerimônias registrou a presença do Excelentíssimo Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que iniciou seu pronunciamento saudando a todos os presentes e agradecendo o convite para o evento. Registrhou a satisfação de ser sempre questionado, quando em missões no exterior, como um país de dimensões continentais consegue realizar uma votação legítima e uma apuração rápida, mantendo-se pacificado no dia seguinte. Noticiou algumas informações do TSE, como o orçamento liberado para a realização do pleito de 2012, o deslocamento de forças federais, a



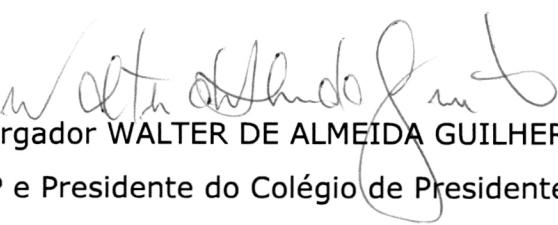
54º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

preocupação de providenciar imóveis para a justiça eleitoral, a aprovação das resoluções das eleições 2012 ainda este ano, elaboração de um curso de educação a distância para magistrados, a realização de um congresso internacional sobre justiça eleitoral, a inauguração da nova sede do TSE, a promoção da Campanha Eleitor Jovem, o plebiscito do Pará, a reforma política, o teste público de segurança das urnas eletrônicas, a biometria, a assinatura de um convênio entre o TSE e Caixa Econômica Federal para a aquisição de 'kit bio', a Mostra de Qualidade da Justiça Eleitoral, o Plano Nacional de Segurança e de Contingência da Justiça Eleitoral, a criação de um serviço especializado e uniformizado de cerimonial.

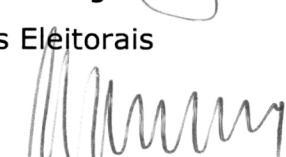
Não havendo mais temas a tratar, o Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme declarou encerrado o 54º Encontro do Colégio de Presidentes, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE MINAS GERAIS.

A presente ata foi elaborada por mim, Desembargador KILDARE CARVALHO, Secretário, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, e assinada pelos membros que integram o corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral.

Belo Horizonte-MG, 19 de agosto de 2011.


Desembargador WALTER DE ALMEIDA GUILHERME

Presidente do TRE-SP e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais


Desembargadora ZELITE ANDRADE CARNEIRO

Presidente do TRE-RO e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes


Desembargador KILDARE CARVALHO

Presidente do TRE-MG e Secretário do Colégio de Presidentes